



RECURSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 160/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9713/2023

AOS CUIDADOS DO SENHOR(A) PREGOEIRO E AUTORIDADE SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

JIT SERVIÇOS E COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO LTDA, CNPJ nº 10.473.681/0001-69, com sede na Av Braz de Pina 38/202 Penha RJ, através de seu representante legal Denilson de Oliveira Sócio Procurador Ident 05.335.028-6 Detran RJ e do CPF 794.495.737-00, vem interpor o presente RECURSO ADMINISTRATIVO em face da aceitação da proposta de preços da empresa **CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 37.386.859/0001-90**, o que faz pelas razões que passa a expor.

I - DO CABIMENTO E TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

Inicialmente, salienta-se que nos termos do inciso XVII do artigo 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 03 (três) dias da decisão que ocorreu em 17 de Fevereiro de 2025.

II - OBJETO DA LICITAÇÃO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO** para futura e eventual aquisição, sob demanda, **de material elétrico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 12 (doze) meses.**

III - FUNDAMENTOS DO RECURSO

Para participar no certame, as pretensas licitantes tomam conhecimento dos termos do edital e seus anexos, ou seja, analisam todas as regras legais e técnicas impostas especificamente para o tipo de objeto licitado, bem como da plataforma que será operado o pregão e suas regras, bem como as legislações.

IV – DOS FATOS

Conforme consignado na Sessão do Pregão, a empresa recorrida manifestou intenção de recurso em face da ilegalidade na decisão que habilitou a prosta da empresa **CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 37.386.859/0001-90**, para o Grupo 08, que se realizou na plataforma Portal de Compras do Governo Federal.



Após a sessão de disputa, a empresa **CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 37.386.859/0001-90**, por apresentar o menor preço, sua proposta foi analisada e aceita pela área técnica, momento oportuno em que ao observarmos que sua proposta não atende ao termo de referência e por desatender as regras do pregão eletrônico.

No edital consta em seu termo de referência do Grupo 08 item 145 tem a seguinte redação: **LUMINARIA LED PÚBLICA 50W - CORPO ALUMÍNIO - IP66 - Ø 48 À 60mm- ANGULO DE ABERTURA HORIZONTAL 140° - ANGULO DE ABERTURA VERTICAL 90° - 4000K - 100-277V - 60Hz - FP 0,98 - 150Lm/W - C/ BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO**

Essa decisão de aceitação da proposta da empresa **CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 37.386.859/0001-90** para o fornecedor **PERFECTLED** modelo **HEROS** vai de encontro direto ao termo de referência do seu edital. O modelo apresentado tem o diâmetro do bocal da luminária de 50W menor do que o exigido o que impossibilita a sua aceitação. Também trabalhamos com o Fabricante **Perfectled** e não cotamos esse fornecedor por não atender ao termo de referência.

V – DO MÉRITO DAS RAZÕES

Data Vênia, cabe nós, parte interessada, interpor o Recurso, uma vez que a decisão do Pregoeiro baseado na área técnica, ofende o *princípio da vinculação ao instrumento convocatório, impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva.*

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Se o Edital faz lei entre as partes, então é possível dizer que a empresa **CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ 37.386.859/0001-90** não observou o disposto no Edital, violando assim, seu texto, acarretando demora no processo licitatório e onerando o Município.

JIT Serviços e Comercio de Material Elétrico Ltda-ME

CNPJ: 10.473.681/0001-69 • I.E.: 78.933.755 • I.M.: 461.854-8 Tel 3492.1033

Av Braz de Pina 38 / 202 – Penha – Rio de Janeiro – RJ. CEP: 21.070-032

E-mail: jitcomercio@gmail.com



VI – REQUERIMENTOS

O acolhimento e provimento ao presente recurso administrativo, com a consequente revisão da decisão que acatou a proposta da empresa **CONSTRUVITA COMERCIO E SERVICOS LTDA**, CNPJ 37.386.859/0001-90 para o Grupo 08, para que ela seja desclassificada por desatender ao termo de referência.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Nova Friburgo 05 de Setembro de 2025

Denilson de Oliveira
Identidade 05.335.028-6 Detran RJ
CPF 794.495.737-00
Sócio